



Demonstrações Financeiras

CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE

31 de dezembro de 2025



CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial - ativo.....	6
Balanço patrimonial - passivo	7
Demonstração do resultado dos exercícios	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros
CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE
Concórdia, SC

Opinião

Revisamos as demonstrações financeiras da **CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Revisão dos valores correspondentes sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2024

O exame das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados unicamente para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram seu relatório de auditoria, sem modificação de opinião, na data de 31 de janeiro de 2025. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes as demonstrações contábeis encerradas em data de 31 de dezembro de 2024, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre ele tomado em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

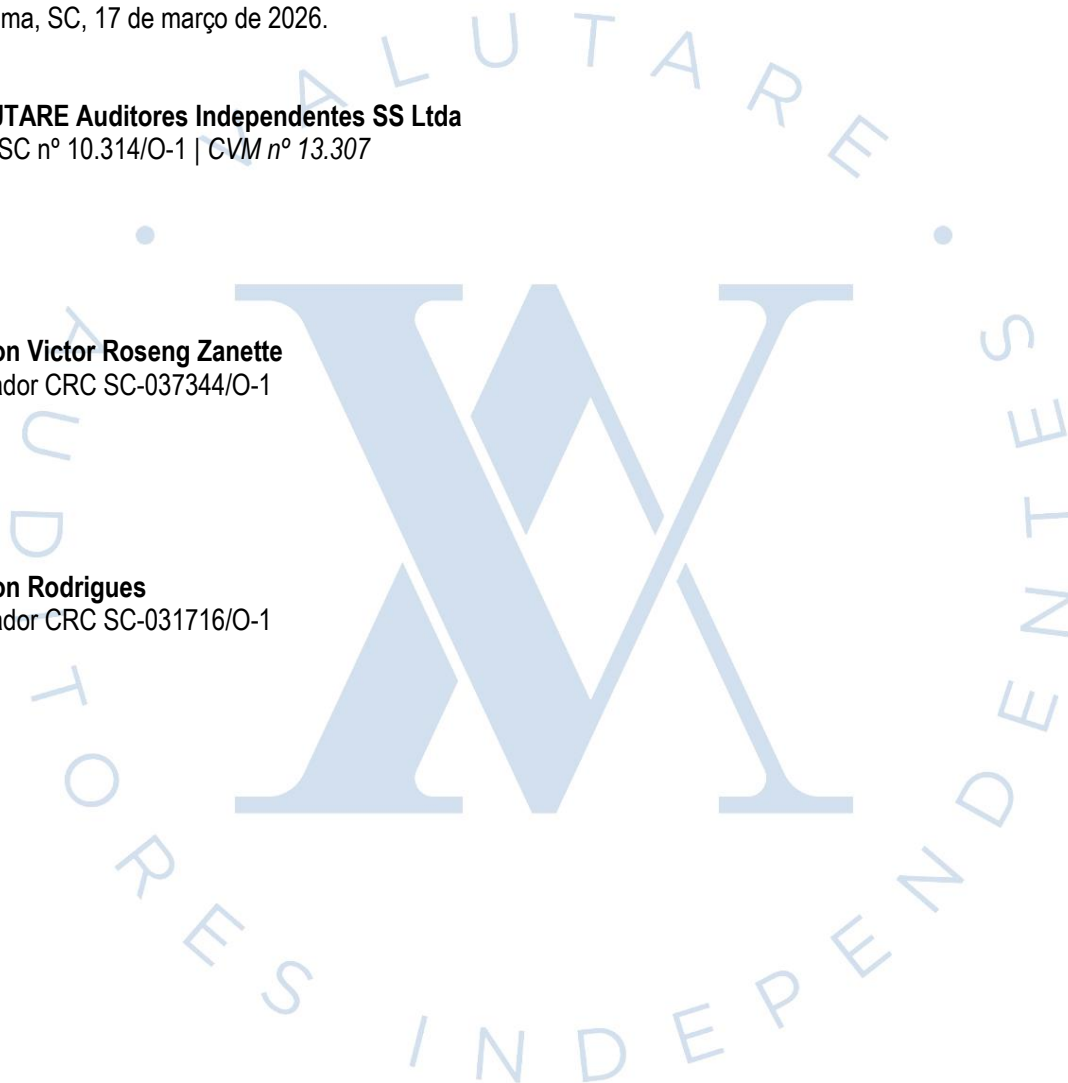
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Criciúma, SC, 17 de março de 2026.

VALUTARE Auditores Independentes SS Ltda
CRC/SC nº 10.314/O-1 | CVM nº 13.307

Ramon Victor Roseng Zanette
Contador CRC SC-037344/O-1

Cleiton Rodrigues
Contador CRC SC-031716/O-1



CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE
CNPJ 04.432.096/0001-18
Concórdia, SC

Balço patrimonial dos exercícos findos em 31 de dezembro de
(Em unidades de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.2 / 4.1	7.355.122	13.660.051
Direitos realizáveis		44.614.452	35.617.650
Operações de crédito	3.3 / 4.2	48.912.717	39.358.832
(-) PCLD	3.4 / 4.3	(4.406.970)	(3.846.075)
Outros créditos		108.705	104.893
Total do ativo circulante		51.969.574	49.277.701
Não circulante			
Operações de crédito	3.3 / 4.2	24.218.858	18.096.290
Outros créditos		10.571	-
Total do realizável a longo prazo		24.229.429	18.096.290
Investimentos	4.4	523.251	537.426
Imobilizado	3.5 / 4.5	1.325.775	1.133.729
Intangível		1.381	1.381
Total do ativo não circulante		26.079.836	19.768.826
Total do ativo		78.049.410	69.046.527

(As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras)

CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE
CNPJ 04.432.096/0001-18
Concórdia, SC

Balço patrimonial dos exercícos findos em 31 de dezembro de
(Em unidades de reais)

Passivo e patrimônio social	Nota	2025	2024
Circulante			
Instituições financeiras	3.8 / 5.1	6.857.264	9.717.001
Fornecedores	3.7 / 5.2	146.480	119.498
Salários e ordenados a pagar	5.3	338.926	278.366
Provisões trabalhistas	5.4	699.466	539.230
Obrigações fiscais e sociais	5.5	281.665	216.327
Outras contas a pagar	5.6	91.360	233.641
Total do passivo circulante	3.6	8.415.161	11.104.063
Não circulante			
Instituições financeiras	3.8 / 5.1	23.874.415	18.943.472
Provisões para Contingências	3.9 / 5.7	120.000	120.000
Outras contas a pagar	5.6	495.322	427.538
Total do passivo não circulante	3.6	24.489.737	19.491.010
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	6	45.144.514	38.451.454
Total do patrimônio líquido		45.144.514	38.451.454
Total do passivo e patrimônio social		78.049.410	69.046.527

(As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras)

CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE
CNPJ 04.432.096/0001-18
Concórdia, SC

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 30 de dezembro de
(Em unidades de reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de operações de crédito		34.666.249	29.088.631
Custos líquidos com operações de crédito		(10.472.087)	(10.356.454)
Superávit bruto		24.194.162	18.732.177
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal e encargos		(11.045.477)	(8.485.956)
Despesas gerais e administrativas		(7.276.740)	(5.893.970)
Despesas tributárias		(51.358)	(408.582)
Outras despesas e receitas		77.838	78.884
Total das despesas operacionais		(18.295.737)	(14.079.624)
Superávit antes dos efeitos financeiros de tesouraria		5.898.425	4.022.553
Resultado financeiro líquido		794.635	1.530.463
Superávit do Período		6.693.060	5.553.016

(As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras)

CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE
CNPJ 04.432.096/0001-18
Concórdia, SC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em unidades de reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Patrimônio Líquido Total
31 de dezembro de 2023	32.898.438	-	32.898.438
Superávit do exercício	-	5.553.016	5.553.016
Incorporação do superávit do exercício de 2023	5.553.016	(5.553.016)	-
31 de dezembro de 2024	38.451.454	-	38.451.454
Superávit do exercício	-	6.693.060	6.693.060
Incorporação do Superávit do exercício de 2024	6.693.060	(6.693.060)	-
31 de dezembro de 2025	45.144.514	-	45.144.514
Mutações no período	6.693.060	-	6.693.060

(As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras)

CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE
CNPJ 04.432.096/0001-18
Concórdia, SC

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de
Método indireto
(Em unidades de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	6.693.060	5.553.016
Ajustado por:		
Despesas com depreciação	283.315	221.001
Constituição e reversão de PCLD	560.895	1.114.841
Provisão para contingência	-	100.000
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Operações de crédito	(15.676.454)	(4.704.541)
Outros créditos	(3.812)	146.715
Fornecedores	26.982	(9.140)
Salários e ordenados a pagar	274.134	(176.937)
Obrigações fiscais e sociais	(148.236)	157.863
Provisões de férias	160.236	(44.348)
Outras contas a pagar	(74.497)	191.185
Caixa líquido das atividades operacionais	(7.904.377)	2.549.655
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	14.175	(116.187)
Outros valores a receber	(10.571)	-
Variação de ativos imobilizados	(475.361)	(352.890)
Caixa líquido das atividades de investimento	(471.757)	(469.077)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Instituições financeiras de microcrédito	2.071.206	(2.971.592)
Caixa líquido das atividades de financiamento	2.071.206	(2.971.592)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.304.928)	(891.014)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.660.051	14.551.065
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	7.355.122	13.660.051

(As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras)

CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE

CNPJ: 04.432.096/0001-18

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em unidades de reais)

1. Contexto operacional

A CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), regida pela Lei nº 9.790/99, e tem por finalidade:

I. Promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, através da concessão de crédito produtivo e orientado, visando a criação e a consolidação de empreendimentos de micro e pequeno porte, formais ou informais, sob a forma de pessoas físicas ou jurídicas; II. Apoiar os micros empreendimentos através da experimentação, de forma não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; III. Promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias de baixa renda através da concessão de crédito pessoal, visando entre outras finalidades, a aquisição de bens de consumo duráveis, novos e usados, formação profissional, tratamento de saúde, melhorias do meio de transporte e habitação, visando o aumento da renda familiar e da capacidade empreendedora dos beneficiários; IV. Prestar assistência técnica e capacitação a micro e pequenos empreendedores e seus empregados, visando à melhoria da gestão e o aumento da competitividade dos empreendimentos; V. Administrar recursos financeiros repassados através de termos de parceria por entidades públicas ou privadas, de acordo com a legislação em vigor; VI. Buscar como resultado da gestão da instituição o equilíbrio entre o desempenho financeiro e o desempenho social, com procedimentos alinhados com os padrões universais de gestão de desempenho social, através de medidas que protejam os clientes externos e internos com transparência, dentro de um contexto de práticas responsáveis e crédito orientado; VII. Estimular, gratuitamente, a educação e inclusão financeira do público alvo, através da utilização de meios eletrônicos de pagamento, contas digitais e aplicativos em telefones celulares, de acordo com a legislação em vigor, que regula os Arranjos de Pagamento no Brasil;

Tem como área de atuação, todo o território nacional, respeitando as condições técnicas e operacionais de atendimento.

A Instituição está estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Concórdia/SC, e mantém filiais no Estado de Santa Catarina, nos municípios de Capinzal, Catanduvas, Chapecó, Lages, Seara, Videira e Xanxerê; bem como atendimentos nos municípios de Campos Novos, Correa Pinto, Fraiburgo, Joaçaba, Otacílio Costa, São Joaquim e São Lourenço do Oeste. No Estado do Rio Grande do Sul mantém filiais nos municípios de Erechim e Passo Fundo, atendimentos no município de Caxias do Sul. No Estado do Paraná mantém filial no município de Pato Branco e atendimento nos municípios de Francisco Beltrão e Palmas. No Estado do Piauí mantém atendimento no município de Parnaíba.

A administração da Entidade autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de março de 2026.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP), compreendendo a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para PMEs e a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, incluindo as alterações vigentes da Revisão NBC nº 29 de 2024. A estrutura do Plano de Contas observa o Manual para OSCIP de Microcrédito do Ministério do Trabalho, subordinando-se, contudo, à primazia da essência sobre a forma e às Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico. A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Instituição, não identificando incertezas materiais que coloquem em dúvida sua permanência no futuro previsível (mínimo de 12 meses após a data do balanço).

2.3. Moeda funcional

A Administração da Instituição definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas na Seção 30 da NBC TG 1000 (R1).

2.4. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Instituição revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.5. Ajuste a valor presente

Ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é material, são ajustados ao seu valor presente. O cálculo utiliza taxas de desconto que refletem a melhor estimativa de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos instrumentos financeiros (operações de microcrédito e empréstimos bancários), em estrita observância à Seção 2 da NBC TG 1000.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

Reconhecidos inicialmente pelo valor da transação. Ativos e passivos financeiros não derivativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado por meio do método da taxa de juros efetiva.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Recebíveis (Carteira de microcrédito)

Representam as operações do programa de crédito. São mantidos pelo valor nominal dos títulos, ajustados por encargos contratuais *pro-rata-temporis*, deduzidos do AVP (quando aplicável) e da PCLD.

3.4. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)

A Entidade reconhece a Estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) conforme os percentuais estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Esta metodologia é aplicada considerando-se a análise individualizada de garantias e a experiência histórica da Entidade com seus clientes, o que permite uma avaliação precisa do risco de crédito. O reconhecimento de perdas efetivas para os créditos ocorre especificamente quando há 360 dias de atraso na liquidação das obrigações.

É importante ressaltar que a Resolução CMN nº 2.682/1999 foi revogada, sendo substituída pela Resolução CMN nº 4.966/2021, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. No entanto, a Entidade optou por manter a aplicação dos critérios da norma anterior. Esta prática é devidamente justificada e suportada pelas orientações de nossas principais fontes de recursos, como o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tais financiadores recomendam a manutenção dos procedimentos estabelecidos na revogada Resolução CMN nº 2.682/1999 para fins de consistência e alinhamento com seus próprios processos de análise de risco e desembolso.

A continuidade desta metodologia visa assegurar a consistência e a comparabilidade das demonstrações financeiras ao longo do tempo, garantindo que as exigências e expectativas de nossos financiadores e parceiros institucionais sejam plenamente atendidas. A Entidade está ciente das mudanças introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e encontra-se em processo de avaliação para determinar a melhor forma e o momento adequado para implementar as novas diretrizes. Este processo será conduzido de maneira planejada, visando uma transição segura e sempre alinhada com as orientações dos órgãos financiadores e demais partes interessadas.

3.5. Imobilizado

Os valores constantes no Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por depreciações acumuladas. As depreciações sobre os itens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a estimativa de vida útil.

econômica dos bens.

3.6. Passivo circulante e não circulante

O Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os juros, correção monetária, as variações monetárias correspondentes, e deduzidos das despesas a apropriar.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e estão em conformidade com seus efetivos valores históricos.

3.8. Instituições financeiras

As obrigações com instituições de fomento são registradas pelo valor dos recursos recebidos, acrescidos de encargos financeiros incorridos (juros e variações monetárias/cambiais) até a data do balanço, mensurados ao custo amortizado.

3.9. Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.10. Apuração dos resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

3.11. Isenções tributárias

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como instituição de direito privado sem fins lucrativos, atendendo aos requisitos de aplicação integral de seus recursos nos objetivos estatutários e manutenção de escrituração regular, a Entidade goza de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), fundamentada no Art. 184 do Decreto nº 9.580/2018 (RIR) e no Art. 15 da Lei nº 9.532/97.

4. Ativo

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes compreendem aos depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão demonstradas a seguir.

	2025	2024
Bens numerários	7.683	15.248
Depósitos bancários a vista	135.513	65.618
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.211.926	13.579.185
Total	7.355.122	13.660.051

4.2. Operações de crédito

Apresenta os valores a receber decorrentes de linhas de microcrédito concedidas aos beneficiários, com taxa básica de juros de 3,59% ao mês em média, nas modalidades de capital fixo, giro, misto e recebíveis.

	2025		2024	
	Circulante	Não Circ.	Circulante	Não Circ.
Clientes de microcrédito	70.546.355	33.274.687	55.957.092	25.086.929
Clientes recebíveis	190.510	-	183.547	-
(-) Rendas a apropriadas	(21.824.148)	(9.055.829)	(16.781.807)	(6.990.639)
Total bruto	48.912.717	24.218.858	39.358.832	18.096.290
Soma da carteira (circulante + não circulante)	73.131.575		57.455.122	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - W1	(4.406.970)	-	(3.846.075)	-
Total operações de crédito	68.724.606		53.609.047	

Onde:

W1 Perdas estimadas na recuperação de créditos, apuradas com base na Res. CMN nº 2.682/1999, demonstradas na Nota 4.3;

4.3. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

As distribuições das operações de crédito segundo a classificação por níveis de risco encontram-se assim demonstrados:

Dias de atraso	Nível de risco	%Provisão	Total	2025		2024	
				Valor	Total	Valor	Total
Em dia	AA	0,50%	56.089.893	280.449	43.809.420	219.047	
01 a 14	A	0,50%	579.311	2.897	661.537	3.308	
15 a 30	B	1,00%	8.320.920	83.209	6.089.318	60.893	
31 a 60	C	3,00%	2.126.672	63.800	1.851.014	55.530	
61 a 90	D	10,00%	906.999	90.700	638.303	63.830	
91 a 120	E	30,00%	840.764	252.230	752.281	225.684	
121 a 150	F	50,00%	917.109	458.555	606.116	303.058	
151 a 180	G	70,00%	582.602	407.823	441.360	308.952	
acima de 180	H	100,00%	2.767.305	2.767.307	2.605.773	2.605.773	
Total			73.131.575	4.406.970	57.455.122	3.846.075	

4.4. Investimentos

Os saldos detalhados demonstram os valores das contas de Cota Capital e Fundo garantidor.

	2025	2024
BR Garantias	523.251	537.426
Total	523.251	537.426

Compõem como saldo, os valores do Fundo garantidor com Associação De Garantia De Crédito Santa Catarina- SC GARANTIAS, atualmente denominada BRGARANTIAS.

A Associação é constituída como uma associação civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado. Seu objeto social é dar o apoio ao desenvolvimento econômico e social, proporcionando a seus associados acesso a crédito adequado aos empreendimentos, realizando para atingir seus fins, administração de fundos garantidores e de avais próprios e de terceiros, auditoria nas instituições conveniadas, assessoria administrativa, técnica, econômica, financeira, jurídica e, principalmente, prestação de garantias exclusivamente para Associados Beneficiários na condição de Microempreendedores, Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme enquadramento da legislação em vigor em operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Programas Estaduais de Micro finanças e outros programas operacionalizados com recursos próprios, concedidas exclusivamente por instituições conveniadas e associadas.

4.5. Imobilizado

Os saldos detalhados demonstrando os custos de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido são abaixo apresentados:

Imobilizado	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	231.887	74.881	-	-	306.768
Computadores e periféricos	584.127	127.656	-	-	711.783
Móveis e utensílios	677.933	186.884	-	-	864.817
Veículos	705.839	85.940	-	-	791.779
Total do ativo imobilizado	2.199.786	475.361	-	-	2.675.147
(-) Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2024	Baixas	Custos	Transferências	Saldo em 31/12/2025
(-) Benfeitorias em imóveis de terceiros	(59.452)	-	(25.492)	-	(84.944)
(-) Computadores e periféricos	(363.234)	-	(91.457)	-	(454.691)
(-) Móveis e utensílios	(240.547)	-	(71.704)	-	(312.251)
(-) Veículos	(402.824)	-	(94.662)	-	(497.486)
Total da depreciação acumulada	(1.066.057)	-	(283.315)	-	(1.349.372)
Total do ativo imobilizado líquido	1.133.729	475.361	(283.315)	-	1.325.775

5. Passivo

5.1. Instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

2025						
Instituição	Contrato	Vcto	Taxa	Circulante	Não Circulante	Total
BADESC	2024435800	(h)	(a)	244.051	1.254.410	1.498.461
BADESC	2024435900	(h)	(a)	325.401	1.672.547	1.997.948
BADESC	2021154200	(e)	(g)	-	4.034.575	4.034.575
BNDES	21202251/015	(c)	(c)	1.208.692	1.851.885	3.060.577
Bradesco	16994771	(e)	(f)	510.012	552.513	1.062.525
BRDE	280534013	(g)	(e)	833.333	4.559.159	5.392.492
BRDE	269554010	(d)	(e)	557.246	2.976.236	3.533.482
BRDE	245960018	(b)	(e)	1.959.897	823.596	2.783.493
Daycoval	1049277	(e)	(b)	521.580	999.694	1.521.274
Oikocredit	2024435900-2083C	(f)	(d)	594.622	5.149.800	5.744.422
Total				6.754.834	23.874.415	30.629.249

2024						
Instituição	Contrato	Vcto	Taxa	Circulante	Não Circulante	Total
BADESC	2024435800	(h)	(a)	257.561	1.254.410	1.511.971
BADESC	2024435900	(h)	(a)	343.415	1.672.547	2.015.962
BNDES	21202251/015	(c)	(c)	1.073.884	5.062.594	6.136.478
BRDE	269554010	(d)	(e)	1.920.353	2.470.788	4.391.141
BRDE	245960018	(b)	(e)	2.041.945	3.333.333	5.375.278
Daycoval	1049277	(e)	(b)	460.352	-	460.352
Oikocredit	2024435900-2083C	(f)	(d)	1.894.707	5.149.800	7.044.507
Oikocredit	2024435800-2083B	(a)	(d)	1.724.784	-	1.724.784
Total				9.717.001	18.943.472	28.660.473

Vencimento	Referência	Taxa	Referência
Novembro de 2025	(a)	11,21% a.a.	(a)
Fevereiro de 2027	(b)	15,00% a.a.	(b)
Julho de 2027	(c)	3,23% a.a. + TLP	(c)
Agosto de 2027	(d)	5,6% a.a. + Meta SELIC	(d)
Novembro de 2028	(e)	6% a.a. + CDI	(e)
Dezembro de 2028	(f)	18,28% a.a.	(f)
Fevereiro de 2029	(g)	6,0% a.a. + Meta SELIC	(g)
Junho de 2029	(h)		

5.2. Fornecedores

A conta de fornecedores a pagar, refere-se aos pagamentos a efetuar a terceiros por conta de aquisição de bens e serviços e possui os saldos abaixo:

	2025	2024
Fornecedores	146.480	119.498
Total	146.480	119.498

5.3. Salários a pagar

O saldo da rubrica de salários a pagar em 31 de dezembro é composta da seguinte forma:

	2025	2024
Salários e ordenados a pagar	338.926	278.366
Total	338.926	278.366

5.4. Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas da entidade estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
Provisão de férias acrescidas de 1/3	523.148	403.355
Provisão de INSS sobre férias	134.778	103.742
Provisão de FGTS sobre férias	41.540	32.133
Total	699.466	539.230

5.5. Obrigações fiscais e sociais

Obrigações fiscais e sociais representadas da seguinte forma:

	2025	2024
INSS a recolher	156.513	129.443
FGTS a recolher	57.061	29.576
IRRF a recolher	55.468	40.781
Pis sobre salários a recolher	9.722	7.779
Cofins a recolher	2.533	4.299
Pis/Cofins/CS retidos a recolher	308	141
Contribuição sindical	39	4.308
ISS retido a recolher	21	-
Total	281.665	216.327

5.6. Outras contas a pagar

As outras contas a pagar, no circulante quanto no não circulante estão compostas da seguinte forma:

	2025		2024	
	Circulante	Ñ Circulante	Circulante	Ñ Circulante
Depósitos não identificados	74.344	-	72.520	-
Alugueis a pagar	62.354	-	54.582	-
Honorários a pagar	25.955	-	25.235	-
Taxa de concessão de garantias SDGarantia	12.819	-	8.031	-
Cheques a compensar	11.223	-	11.223	-
Cota social SDGarantia a repassar	2.500	-	2.000	-
Adiantamento de clientes diversos	1.598	-	1.598	-
Liberações a compensar	1.544	-	51.706	-
Convênio farmácia	1.453	-	1.004	-
Telefone a pagar	-	-	5.742	-
Antecipação honra de crédito SC Garantias	-	495.322	-	427.538
Total	193.790	495.322	233.641	427.538

5.7. Provisões para contingências

A Instituição é parte em processos judiciais (cíveis e revisionais) decorrentes do curso normal de suas operações. As provisões para contingências são constituídas para processos cujas chances de perda são avaliadas como "prováveis" pelos nossos assessores jurídicos e cujos valores podem ser estimados com razoável segurança.

a) Contingências Passíveis de Provisão (Risco Provável):

As provisões referem-se, majoritariamente, a ações revisionais de juros e indenizações de natureza cível. Em 31 de dezembro de 2025, o montante provisionado totaliza R\$ 120.000

(cento e vinte mil reais). A administração entende que este valor é suficiente para cobrir eventuais perdas em que haja saída de recursos. Cabe ressaltar que, em parte das ações revisionais, a eventual procedência dos pedidos resulta na compensação de valores no saldo devedor do cliente, sem necessariamente gerar desembolso imediato de caixa.

b) Movimentação da Provisão:

O saldo da provisão não apresentou variação nominal em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Saldo Inicial	120.000	20.000
(+) Constituições no período	-	100.000
(-) Reversões no período	-	-
Total	120.000	120.000

c) Contingências Passíveis de Divulgação (Risco Possível):

Existem outras demandas judiciais classificadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda "possível", as quais somam o montante de R\$ 515.657 (quinhentos e quinze mil seiscentos e cinquenta e sete reais). De acordo com as práticas contábeis vigentes (CPC 25), não foi constituída provisão para estas ações, sendo apenas objeto de monitoramento e divulgação em notas explicativas.

d) Riscos Remotos:

A Instituição possui processos cujos riscos de perda são considerados "remotos". Para estes, não há constituição de provisão nem obrigatoriedade de divulgação detalhada, uma vez que não se espera que resultem em obrigações presentes.

6. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade, em 31 de dezembro de 2025, totaliza R\$ 45.144.514 (quarenta e cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e quatorze reais). Este montante é composto pela segregação de superávits e déficits apurados no exercício corrente e em períodos anteriores.

Conforme preconiza o item 15 da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, os resultados (superávits ou déficits) apurados são incorporados integralmente ao saldo do Patrimônio Social após a aprovação das contas pelos órgãos de governança da Instituição.

Em conformidade com o seu Estatuto Social e a legislação vigente, na hipótese de eventual extinção da Instituição, o patrimônio remanescente será transferido a outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, devidamente registrada e qualificada nos órgãos competentes, que apresente, preferencialmente, o mesmo objeto social e respeite os compromissos e convênios firmados pela Casa do Microcrédito.

7. Exposição a riscos e instrumentos financeiros

A Instituição monitora riscos de crédito, liquidez e taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2025, não existiam contratos de instrumentos derivativos (*swaps* ou *hedges*). Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros aproximam-se de seus valores justos de mercado.

8. Seguros

A Instituição tem como prática a contratação de seguros para seus bens imóveis e móveis em valores que se considera suficiente para cobertura de eventuais danos decorrentes de sinistros.

9. Trabalho voluntário

De acordo com o item 19 da ITG 2002/15-R1, que trata de Entidade sem Finalidade de Lucro, a Organização deve reconhecer o valor justo da prestação do serviço voluntário como se este tivesse ocorrido com desembolso financeiro. No período não foram realizados ou tomados trabalhos voluntários.

10. Eventos subsequentes

Eventos ocorridos entre a data de encerramento (31/12/2025) e a data de autorização para emissão destas demonstrações, que possam impactar materialmente a situação patrimonial ou financeira, foram devidamente avaliados, não sendo identificadas ocorrências que exijam ajustes ou divulgações adicionais.

Marcio Cesar Rossini
Presidente do Conselho Diretor
CPF 526.222.159-91

Marcos Adão Krahl
Contador – CRC/SC 014.437/O-1
CPF 430.766.029-34